



Conselho Municipal de Segurança

Regulamento

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º
(Conselho Municipal de Segurança)

O Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Alcochete, adiante designado por CMSA, é uma entidade de âmbito municipal criada ao abrigo do disposto na Lei nº 33/98, com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de experiências e a cooperação entre as entidades que têm intervenção ou estão envolvidas nas questões relacionadas com a segurança e tranquilidade da população, com a marginalidade, bem como com a inserção social das pessoas.

Artigo 2º
(Objectivos)

O CSMA prossegue os seguintes objectivos:

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação da segurança na área do Município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade, segurança de pessoas e bens, vandalismo e defesa do património público do Município, bem como participar em acções de prevenção;
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social no município;
- d) Aprovar pareceres e solicitações sobre as matérias da sua competência e remetê-los, sempre que o julgue oportuno, a todas as entidades directamente relacionadas com a segurança e inserção social.

Artigo 3º
(Competências)

Ao CMSA compete promover o que se configurar como necessário à prossecução dos seus objectivos, dando designadamente parecer sobre:

- a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do Município;
- b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no Município;
- c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do Município;
- d) Os resultados da actividade municipal de protecção civil e de combate aos incêndios e das medidas preventivas tomadas;
- e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas actividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;

- f) A situação socio-económica municipal;
- g) O acompanhamento e apoio das acções dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
- h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Artigo 4º (Composição)

Integram o CMSA:

- a) O Presidente da Câmara Municipal;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcochete, Samouco e S. Francisco;
- d) O Comandante da Força de Segurança presente no Município;
- e) O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Alcochete;
- f) O Comandante da Polícia Marítima;
- g) Um representante do Ministério Público da Comarca do Montijo;
- h) Um representante do Instituto da Droga e Toxicodependência – Unidade de Prevenção de Setúbal;
- i) Um representante de cada uma das seguintes entidades de âmbito social:
 - I. Delegação do Centro Regional de Segurança Social no Montijo;
 - II. Lar Barão de Samora Correia/St.^a Casa da Misericórdia de Alcochete;
 - III. Fundação João Gonçalves Júnior;
 - IV. Centro Social de S. Brás;
 - V. CERCIMA;
 - VI. Centro de Saúde de Alcochete;
 - VII. Assembleia da Escola E.B.2+3 El' Rei D. Manuel I de Alcochete;
 - VIII. Assembleia da Escola Secundária de Alcochete;
 - IX. O Presidente do Agrupamento de Escolas de Alcochete;
 - X. Um representante dos sindicatos;
 - XI. Agrupamento 223 do Corpo Nacional de Escutas;
- j) Um representante das seguintes entidades de âmbito económico:
 - Associação de Comércio e Serviços do Montijo e Alcochete;
- l) Seis cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal, imediatamente após a aprovação da versão provisória deste regulamento.

Artigo 5º
(Membros Designados)

1. Os membros do CMSA designados ao abrigo das alíneas g) e seguintes do artigo anterior podem ser substituídos, a todo o tempo, pelas entidades que os designaram.
2. O mandato dos membros designados ao abrigo da alínea l) do artigo anterior cessa com o tempo do mandato da Assembleia Municipal que os designou, devendo porém manter-se em funções até à sua recondução ou à designação dos membros que os substituam;
3. O mandato dos membros designados cessa ainda após a comunicação formal de renúncia ao Conselho.

SECÇÃO II
MESA

Artigo 6º
(Presidente e Secretários)

1. A Mesa do CMSA é composta pelo Presidente e por dois Secretários;
2. O Presidente do CMSA é o Presidente da Câmara Municipal;
3. Os Secretários são eleitos de entre os membros do CMSA, que os pode substituir a todo o tempo.

Artigo 7º
(Presidente)

1. O Presidente representa o CMSA, coordena e dirige os trabalhos deste, competindo-lhe designadamente:
 - a) Presidir à Mesa;
 - b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Elaborar a ordem do dia das reuniões, auscultando os Secretários e tendo em conta as sugestões dos restantes membros do CMSA;
 - d) Assinar o expediente ou delegar nos Secretários;
 - e) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei, pelo Regulamento ou pelo CMSA.
2. Nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Artigo 8º
(Secretários)

1. Aos Secretários compete nomeadamente:
 - a) Coadjuvar o Presidente;
 - b) Proceder à conferência das presenças nas reuniões, verificar o quórum e organizar as inscrições para o uso da palavra;
 - c) Assegurar o expediente e assinar a correspondência, em caso de delegação do Presidente;
 - d) Elaborar e subscrever as actas.
2. Na falta dos dois Secretários o CMSA elege quem os substitua nessa reunião.

SECÇÃO III
REUNIÕES DO CMSA

Artigo 9º
(Periodicidade)

1. O CMSA reúne ordinariamente uma vez por trimestre: em Março, Junho, Setembro e Dezembro.
2. O CMSA reúne extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou ainda a requerimento:
 - a) Da Assembleia Municipal;
 - b) Da Câmara Municipal;
 - c) De um mínimo de um terço dos seus membros.

Artigo 10º
(Local e Publicidade das Reuniões)

1. As reuniões do CMSA realizam-se nas instalações do Município ou, por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal.
2. As reuniões não são públicas, salvo deliberação em contrário do CMSA por, pelo menos, dois terços dos membros presentes.
3. Nas reuniões, por deliberação do CMSA, podem participar, sem direito a voto, peritos nas matérias em discussão.

Artigo 11º
(Convocação das Reuniões)

1. As reuniões são convocadas pelo Presidente com a antecedência mínima de 15 dias, no caso de reuniões ordinárias, e de 5 dias, no caso das reuniões extraordinárias, podendo, quanto estas e em situação de urgência, aquele período ser reduzido a 2 dias.
2. A convocatória das reuniões deve indicar data, hora, local e agenda da respectiva reunião.
3. A convocatória das reuniões é enviada por via postal para cada um dos membros do CMSA, excepto para as reuniões extraordinárias e para a situação prevista no nº 3 do artigo 15º, desde que o factor tempo o não permita, caso em que poderá ser feito por via telefónica ou fax.
4. No caso de convocação de reunião ao abrigo das alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo 9º, é devido:
 - a) Aos requerentes indicarem expressamente o/s assunto/s a tratar;
 - b) Ao Presidente do CMSA a convocação da reunião para que se possa realizar em um dos 15 dias seguintes à apresentação do requerimento.

Artigo 12º
(Períodos das Reuniões)

Em cada reunião há um Período designado de “Antes da Ordem do Dia” e outro designado “Ordem do Dia”.

Artigo 13º
(Período de Antes da Ordem do Dia)

1. O Período de Antes da Ordem do Dia é destinado:
 - a) À menção, resumo ou leitura do expediente, bem como dos anúncios e informações do Presidente da Mesa;
 - b) À aprovação da acta da reunião anterior;
 - c) À troca de informações e análise de quaisquer assuntos da competência do CMSA e não incluídos na Ordem do Dia.
2. O Período de Antes da Ordem do Dia, para os fins referidos no número anterior, não poderá exceder 30 minutos.

Artigo 14º
(Período da Ordem do Dia)

1. O Período da Ordem do Dia tem por objectivo o exercício das competências legais do CMSA, nomeadamente:
 - a) O debate e aprovação dos pareceres;
 - b) O debate e tomada de posição sobre assuntos de segurança dos cidadãos;
 - c) As eleições suplementares dos Secretários;
 - d) A designação dos grupos de trabalho para a elaboração dos pareceres ou para concretização dos objectivos do CMSA;
 - e) As comunicações dos grupos de trabalho.
2. O Presidente deve incluir na Ordem do Dia os assuntos que para esse fim lhe sejam apresentados por um mínimo de um décimo dos membros do CMSA, desde que se incluam na respectiva competência e lhe sejam apresentados por escrito com a antecedência mínima de 5 dias sobre a data da convocação de reunião, devendo do facto ser dado com urgência conhecimento aos demais membros do CMSA.

Artigo 15º
(Requisitos das Reuniões e Quórum)

1. O CMSA só pode funcionar com a presença da maioria dos seus membros.
2. As deliberações do CMSA são tomadas por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, excepto para as competências previstas no artigo 3º, em que se exige uma maioria de dois terços dos membros presentes.
3. Feita a chamada e verificada a inexistência de quórum de funcionamento, decorre um período máximo de 30 minutos, findo o qual, e a persistir a falta, o Presidente marcará o dia, hora e local da nova reunião.
4. Das reuniões não efectuadas por inexistência de quórum, haverá lugar ao registo de presenças, à marcação das faltas e à elaboração da acta.

Artigo 16º
(Faltas)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer reunião.
2. As faltas dadas pelos membros do CMSA devem ser comunicadas pelo Presidente às entidades que os designaram ou que representam.

Artigo 17º
(Continuidade das Reuniões)

1. As reuniões não podem ser interrompidas, salvo por decisão do Presidente e para os seguintes fins:
 - a) Intervalo;
 - b) Garantia do bom funcionamento dos trabalhos;
 - c) Falta de quórum.
2. Na interrupção prevista na alínea c) do número anterior, proceder-se-á nos termos do nº 3 do artigo 15º.

SECÇÃO IV
USO DA PALAVRA

Artigo 18º
(Duração)

1. A palavra é concedida aos membros do CMSA por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder:
 - a) No Período de Antes da Ordem do Dia, de 5 minutos na primeira intervenção e 2 minutos na segunda;
 - b) No Período da Ordem do Dia, de 10 minutos na primeira intervenção e de 5 minutos na segunda.
2. O uso da palavra pelos peritos convidados durará o tempo que o CMSA entender necessário.

Artigo 19º
(Fins do Uso da Palavra)

A palavra é usada pelos membros do CMSA para os seguintes fins:

- a) Intervir sobre os assuntos de “Antes da Ordem do Dia” e da “Ordem do Dia”;
- b) Fazer perguntas ao Presidente do CMSA ou aos demais membros da Mesa;
- c) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- d) Apresentar projectos de parecer;
- e) Apresentar propostas sobre as matérias em debate.

SECÇÃO V PARECERES DO CMSA

Artigo 20º (Elaboração)

1. Para o exercício das suas competências, os pareceres são elaborados por grupos de trabalho para o efeito constituídos, por proposta do Presidente.
2. Os pareceres devem ser elaborados até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano.
3. Os membros ou grupos de trabalho que elaboram os pareceres devem ser nomeados na reunião ordinária de Setembro de cada ano.

Artigo 21º (Debate e Aprovação)

1. Os projectos de parecer são votados, um a um, na reunião ordinária de Março de cada ano.
2. Os membros do CMSA devem ter conhecimento dos projectos de parecer com, pelo menos, 15 dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.
3. Os pareceres são votados por especialidade, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável de pelo menos dois terços dos membros presentes.

Artigo 22º (Seguimento)

1. Os pareceres anuais aprovados pelo CMSA são enviados:
 - a) À Assembleia Municipal e Câmara Municipal, para apreciação;
 - b) Às autoridades de segurança com competência no território do Município para conhecimento.
2. Os pareceres devem também ser enviados às entidades regionais e nacionais com competências na área da segurança e da inserção social dos cidadãos.

SECÇÃO VI ACTAS DAS REUNIÕES

Artigo 23º (Actas)

1. De cada reunião será lavrada a acta que registe o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os intervenientes, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto escritas.
2. As actas são elaboradas sob a responsabilidade de um Secretário da Mesa, que as assinará com o Presidente e submeterá à aprovação do CMSA na reunião seguinte.
3. As actas ou o texto das deliberações mais importantes são aprovadas em minuta, no final de cada reunião.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24º (Instalação)

Compete ao Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do CMSA, nomeadamente contactando as personalidades designadas para o integrar e solicitando a todas as entidades referidas no artigo 4º a indicação dos respectivos representantes.

Artigo 25º (Tomada de Posse)

Os membros do CMSA tomam posse perante a Assembleia Municipal, logo que sejam conhecidos dois terços dos membros do CMSA, ser-lhes-á conferida posse.

Artigo 26º (Apoios)

Compete à Câmara Municipal prestar o apoio logístico necessário ao funcionamento do CMSA.

Artigo 27º
(Primeira Reunião)

1. A primeira reunião do CMSA destina-se a analisar e emitir parecer sobre este regulamento provisório e deve ocorrer no prazo máximo de 60 dias a contar da sua aprovação.
2. O parecer do CMSA previsto no número anterior é enviado à Assembleia Municipal para deliberação definitiva.

Artigo 28º
(Casos Omissos)

1. Nos casos omissos, vigora o disposto na lei geral em matéria de funcionamento dos órgãos colegiais de entidades públicas.
2. Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação do presente regulamento, serão resolvidas por deliberação unânime do CMSA e, na falta desta, por deliberação da Assembleia Municipal, cujas alterações sugeridas serão oportunamente apresentadas por escrito em documento próprio.

Artigo 29º
(Revisão do Regulamento)

O presente regulamento pode ser revisto a todo o tempo pela Assembleia Municipal, por proposta dos seus membros, nos termos regimentais, ou por proposta do CMSA, devidamente fundamentada.

Artigo 30º
(Produção de Efeitos)

O presente regulamento só produzirá todos os seus efeitos após aprovação definitiva pela Assembleia Municipal.